

ASPECTOS PRAGMÁTICOS EM *O JUIZ DE PAZ NA ROÇA*

Cristiane Juvênci Cabral Cunha¹

Resumo: Este texto é um estudo sobre a teoria pragmática aplicada à Literatura, mais especificamente é uma análise dos aspectos da Relevância preconizada por Sperber e Wilson e aspectos da Cortesia, modelo teorizado por Brown e Levinson dentro da peça teatral de Martins Pena *O juiz de paz na roça*. Inicialmente foram expostas algumas características da Pragmática dentro do contexto da Linguística contemporânea e a seguir foram analisados os aspectos pragmáticos citados dentro da peça teatral em questão.

Palavras-chave: Linguística. Relevância. Cortesia

INTRODUÇÃO

A Linguística contemporânea, sem dúvida, vem se destacando muito nas investigações e teorizações referentes aos campos da linguagem. Correntes teóricas como a Sociolinguística, Análise da Conversação, Semântica, Análise do discurso e Pragmática são exemplos desses estudos linguísticos atuais. Cada qual aborda aspectos diferenciais que vão se complementando e corroborando assim para a notoriedade da ciência linguística.

As teorias pragmáticas cujos princípios subsidiaram as reflexões do artigo em questão surgem no século XX e introduz uma nova abordagem para a interpretação dos enunciados linguísticos — a consideração de fatores extralinguísticos, tendo em vista que estes possuem características que extrapolam o estudo puramente gramatical. Entre a análise gramatical e os fatores extralinguísticos há uma relação de complementaridade, já que partindo de um enfoque gramatical, pode-se chegar a uma análise contextual e intencional, dois aspectos subjacentes à Pragmática.

A preocupação com fatores tais como emissor, destinatário, intenção comunicativa, contexto verbal, situação e conhecimento de mundo são observações importantes para os estudos pragmáticos que tem em Austin, filósofo britânico, seu grande referente. J.L. Austin começa a investigar a linguagem do dia a dia e vê nesta um instrumento utilizado de geração em geração que se adéqua em cada momento e situação.

Depois de Austin outros teóricos foram trilhando caminhos e ampliando seus estudos. Searle, com os Atos de fala, Grice e o Princípio Cooperativo, Anscombe e Ducrot

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal de Goiás e professora titular de Língua Portuguesa e Literatura da SEDUC-Goiás. Email: cjuvencia@gmail.com

com a teoria da Argumentação, Sperber e Wilson com a teoria da Relevância, Brown e Levinson com o estudo da Cortesia e outros. Todos esses autores teorizaram acerca da Pragmática e foram reforçando aspectos não enfocados por um ou outro; por exemplo, a teoria da Relevância, ampliando o princípio cooperativo, não levou em consideração aspectos sociais que envolvem as relações humanas e se fixou na ideia de que a mente humana é usada somente para processar informações e desenvolver o conhecimento de mundo. Em complemento a essa teoria, o estudo da Cortesia leva em consideração a relação social e o que esta pode influir na interpretação dos enunciados. Tanto a Relevância quanto a Cortesia são conhecidas como neogriceanas por tentarem desenvolver questões que Grice não o fez em suas Máximas.

Como a Pragmática trabalha com a linguagem, destacamos nesse artigo um tipo especial de linguagem — a literária. A Literatura é arte e ao lado de outras manifestações artísticas representa o esforço do homem de melhor compreender a realidade que o cerca. A Literatura se apossa dos signos linguísticos e os combina confeccionando textos que se assemelham com a linguagem utilizada no dia a dia; entretanto, ao utilizar a língua como referente de sua produção, os autores não possuem a intenção de informar denotativamente, mas sim criar uma mensagem que vale por si mesma. Essa valorização da mensagem é estabelecida pelos leitores, que ao interagirem com ela, vão recriando ou repensando sua relação com o mundo desembocando, assim, nos sentidos do texto.

A Pragmática vem abrindo espaço para o estudo da Literatura, visto que é uma teoria que se preocupa com a produção e interpretação da linguagem. O texto literário é um tipo de linguagem que mesmo refletindo a relação do autor com o mundo, é formado de maneira especial e particular. É especial e particular porque os elementos: emissor, destinatário, contexto, mensagem e código caracterizam-se de maneira diferente do sentido usual.

Segundo Lázaro Carreter (apud VIDAL, 2002, p. 203-204) o emissor é chamado na Literatura de autor, o receptor é aquele que se aproxima da mensagem e mantém distância do autor; o contexto não é único, pois pode variar de época e cultura; a mensagem é sempre a mesma; o código é a linguagem literária.

Observando esses aspectos que se diferem dos aspectos pragmáticos usuais é que o texto literário merece atenção e estudo. Analisar uma obra é perceber as características que formam sua literariedade, ou seja, o que a faz literária e não usual.

Especificamente nesse artigo, analisou-se a comédia "O Juiz de Paz na roça" de Martins Pena (1996), dentro de alguns aspectos das teorias da Relevância e da Cortesia. Na teoria da Relevância de Sperber e Wilson, foram observadas questões como codificação/descodificação, ostensão/inferência, relevância. Dentro da teoria da Cortesia foram analisados aspectos relacionados ao modelo de Brown e Levinson: racionalidade e imagem pública.

A comédia "O Juiz de Paz na roça" apresenta com bom humor diversos problemas cotidianos de moradores da roça. Como apaziguador desses problemas surge o juiz de paz que é corrupto e explorador; explora as situações envolvendo os moradores que são extremamente ingênuos. Os personagens principais são Aninha e José que se amam em segredo, entretanto José deve alistar-se no exército para ser soldado, fato que provoca sua fuga para se casar com Aninha e assim suscitar o desenvolvimento da história. A peça representa o propósito literário do autor, que no século XIX ultrapassa os primeiros românticos e cria uma obra cujo objetivo é representar a oralidade das camadas sociais mais baixas. Na época de Martins Pena (1815-1848) o Brasil passava por alguns problemas políticos, econômicos e sociais: a Revolução Liberal de 1842, a Guerra Civil no Maranhão (Balaiada – 1838-1840), a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845).

Analisar pragmaticamente a peça de Pena é revitalizar um contexto do Brasil do século XIX que ainda hoje no século XXI mantém alguns resquícios, como por exemplo: o poder dos cargos políticos e suas forças ludibriantes.

1 A TEORIA DA RELEVÂNCIA EM “O JUIZ DE PAZ NA ROÇA”

Sperber e Wilson em sua teoria da Relevância refletiram que a comunicação não consiste simplesmente em codificar as ideias ou pensamentos em forma de palavras e enviá-los ao destinatário para que ele os descodifique (VIDAL, 2002, p. 109). Tudo isso remete à questão apresentada por muitos teóricos pragmáticos: o que dizemos literalmente, às vezes, não é o que gostaríamos de dizer.

É por essa razão que a partir das reflexões de codificação/descodificação e ostensão/inferência pode-se perceber uma união entre esses pares referentes. Ao primeiro par — codificação e descodificação — fica a incumbência convencional da produção (emissor) e recepção (destinatário) da mensagem, ao segundo par — ostensão e inferência — fixa-se a interpretação dessa mensagem (não convencional).

Em "O Juiz de Paz na roça" apresenta-se uma história corriqueira do Brasil do início do século XIX: um Juiz de Paz decide eventuais problemas do lugarejo em que mora; sua atuação resume-se quase sempre em resolver brigas de vizinhos. Agrega-se a isso a história particular de Manuel João, que a mando do Juiz de Paz deve levar José da Fonseca à cidade para ser recrutado como soldado, este por sua vez é o amante clandestino de sua filha Aninha.

No decorrer da comédia encontram-se expressões que podem levar às inferências bem contextuais, passando assim por uma análise pragmática, dentro da teoria da Relevância.

Exemplos:

- (1) ANINHA - Meu pai disse que quando desmanchar o mandiocal grande há de comprar uma negrinha para mim. (PENA, 1996, p.11).
- (2) MANUEL JOÃO - Vai dizer que traga, pois estou com muito calor. (Aninha sai. Manuel João, para o negro:) Olá, Agostinho, leva estas enxadas lá para dentro e vai botar este café no sol. (O preto sai. Manuel João senta-se) Estou que não posso comigo; tenho trabalhado como um burro! (PENA, 1996, p. 13)
- (3) MANUEL - Pois coma laranjas com farinha, que não é melhor do que eu. Esta carne está dura como um couro... (PENA, 1996, p. 14)
- (4) JUIZ - É verdade, Sr. Gregório, que o senhor deu uma embigada na senhora?
GREGÓRIO - É mentira, Sr. Juiz de Paz, eu não dou embigada em bruxas. (PENA, 1996, p. 18)
- (5) MARIA ROSA - Estou moída!... (PENA, 1996, p. 22)

Nos exemplos acima citados percebe-se que o processo comunicativo passa pela codificação/descodificação, ou seja, a mensagem é construída pelo emissor-autor que se mascara na voz dos personagens (codificação), esta é recebida pelo receptor-leitor e descodificada - processo convencional. Ao descodificar a mensagem, o receptor buscará uma segunda etapa, não convencional, que o fará ver e inferir a verdadeira intenção do emissor.

Em (1), Aninha diz que o pai lhe comprará uma negrinha (escrava) quando desmanchar o mandiocal, ou seja, desmanchar remete à ideia que antes o mandiocal estava organizado e em seguida foi desorganizado. O desmanche-desorganização do mandiocal é inferido pelos leitores como a colheita — retirada da mandioca, pois o pai de Aninha é trabalhador rural. Com o dinheiro da colheita, seu Manuel João poderá comprar uma escrava para sua filha, visto que nesta época a escravidão era legal.

Na passagem (2), Manuel João se compara a um burro por ter trabalhado muito. O burro é um animal criado para o trabalho de carga. Ao se assemelhar ao burro, o pai de Aninha vê suas características parecidas com as do animal.

Já no exemplo (3), Manuel João atribui à carne característica que usualmente não deveria ter. A carne que lhe serve de alimento deveria ser macia, ao contrário é dura, semelhante ao couro.

No item (4), o juiz ao dizer "embigada" refere-se ao assédio cometido pelo Sr. Gregório em relação a Josefa Joaquina. "Embigada", por se remeter a embigo, nome coloquialmente usado para umbigo. Sr. Gregório ao dar "embigada" em Josefa Joaquina quis que seus "embigos" estivessem próximos, ou seja, corpos em perfeita união. Nessa mesma passagem, Gregório chama Josefa de bruxa, o que implica em ofensa, tendo em vista que o conceito de bruxa é convencionalmente empregado para mulheres feias.

No último exemplo (5), Maria Rosa confessa estar moída, isso denota que está cansada, destroçada, sentindo-se como algo que foi triturado em um moinho.

As análises dos exemplos anteriores partem primeiramente da ostensão da mensagem, para depois serem feitas inferências as quais são formadas diante das deduções de ordem contextuais; estas são obtidas pelas relações de conteúdos processadas na mente do ser humano que as reconhecem e as adaptam a um determinado contexto.

Todo processo de inferência levará à adequação de um efeito contextual, isso implicará em uma mensagem relevante ou não relevante. De acordo com o princípio da Relevância de Sperber e Wilson (*Apud VIDAL, 2002*) uma mensagem relevante é aquela que se adéqua ao contexto, revela certeza nos supostos realizados na inferência e que requer um pequeno esforço.

É interessante a percepção de que no processo inferencial há uma estreita relação entre os supostos de cada indivíduo e o contexto em cada situação enunciativa, como podemos perceber na afirmação de Vidal:

Ser relevante não é uma característica intrínseca dos enunciados. Trata-se de uma propriedade que surge da relação entre enunciado e contexto, isto é, entre o enunciado, por uma parte, e um indivíduo com seu particular conjunto de supostos em uma situação concreta, por outra. (2002, p.120, tradução nossa)

Essa relação inferencial é percebida, em algumas passagens retiradas da comédia de Martins Pena. Por exemplo, Manuel João (3), ao se considerar um burro por ter trabalhado muito, fará vir à mente do leitor a significação de que burro é um animal sofrido que trabalha

intensamente. Manuel João é um homem da roça que ganha a vida no trabalho sofrido, portanto possui características de burro.

A teoria da Relevância de Sperber e Wilson é considerada por críticos como reducionista por não levar em consideração as relações sociais. A seguir abordar-se-ão alguns critérios do estudo da Cortesia dentro de "O juiz de paz na roça" que irão ampliar o estudo aspectos da Relevância apontados nesse mesmo texto.

2 O ESTUDO DA CORTESIA EM “O JUIZ DE PAZ NA ROÇA”

O estudo da Cortesia é de fundamental importância para a complementação do estudo da Relevância, por tratar o ato comunicativo dentro de uma vertente social, diferindo-se, pois, de outras teorias pragmáticas que se preocupam somente com o lado individual da comunicação.

Durante o processo de comunicação existe, evidentemente, uma interação entre emissor e receptor, portanto há uma ligação social. Essa ligação pressupõe que ambos, emissor e receptor, busquem uma cooperação para que não ocorram problemas de comunicação entre eles.

A inter-relação dos interlocutores se faz através das formas linguísticas, as quais se processam nas formas de tratamento (dêiticos sociais). Cada sociedade organiza suas formas de tratamento e estas por sua vez são estruturas linguísticas que representam cada cultura.

O emissor ao produzir sua mensagem, além de levar em conta seus objetivos, deve ter em mente o papel social de seu destinatário, evitando por conseguinte, futuros desentendimentos. Dessa maneira, a Cortesia fará a mediação entre os envolvidos no processo comunicativo a fim de minimizar conflitos, é o que Vidal (2002, p. 139) denomina "conjunto de estratégias conversacionais destinadas a evitar ou diminuir possíveis conflitos".

Martins Pena em "O Juiz de Paz na roça" constrói uma estrutura comunicativa que leva em consideração os princípios que regem a teoria da Cortesia, pois os personagens a todo momento, usam formas de tratamento, denotando claramente a intenção de preservar as boas relações sociais. Além dessa intenção, é interessante notar que através dos dêiticos sociais, percebe-se características contextuais — Brasil do século XIX e a hierarquia dos personagens em questão. Nos exemplos abaixo se notam aspectos cortesias:

(6) JOSÉ - Adeus, minha Aninha! (PENA, 1996, p. 11)

MANUEL JOÃO - Adeus, rapariga. Aonde está tua mãe? (PENA, 1996, p. 13)

MANUEL JOÃO - Adeus, Senhora Maria Rosa. (PENA, 1996, p. 13)

(7) ANINHA - Abença, meu pai. (PENA, 1996, p. 13)

ANINHA - Abença, meu pai. (PENA, 1996, p. 16)

(8) ESCRIVÃO, dentro - Dá licença, Senhor Manuel João?

MANUEL JOÃO - Entre quem é.

ESCRIVÃO, entrando - Deus esteja nesta casa.

MARIA ROSA e MANUEL JOÃO - Amém.

ESCRIVÃO - Um criado da Senhora Dona e da Senhora Doninha.

MARIA ROSA e ANINHA - Uma sua criada.

MANUEL JOÃO - O senhor por aqui a estas horas é novidade.

ESCRIVÃO - Venho da parte do senhor Juiz de Paz intimá-lo para levar um recruta à cidade.

(PENA, 1996, p. 14-15)

(9) JUIZ, levantando-se - Larguem o pobre animal, não o matem!

TOMÁS - Deixe-me senhor!

JUIZ - Sr. Escrivão, chame o meirinho.(Os dois apartam-se.) Espere, Sr. Escrivão, não é preciso. (Assenta-se) Meus senhores, só vejo um modo de conciliar esta contenda, que é darem os senhores este leitão de presente a alguma pessoa. Não digo com isso que mo dêem.

TOMÁS - Lembra Vossa Senhoria bem. Peço licença a Vossa Senhoria para lhe oferecer.

JUIZ - Muito obrigado. É o senhor um homem de bem, que não gosta de demandas. E que diz o Sr. Sampaio? (PENA, 1996, p. 19)

(10) MANUEL JOÃO - Sim senhor. Mas, Sr. Juiz, isto não podia ficar para amanhã? Hoje já e tarde, pode anoitecer no caminho e o sujeitinho fugir. (PENA, 1996, p. 21)

MANUEL JOÃO - Sim senhor. Rapaz, acompanha-me. (Saem Manuel João e José.) (PENA, 1996, p. 21)

ANINHA - Sim senhor, Sr. Juiz. Há muito tempo que o amo, e como achei ocasião, aproveitei. (PENA, 1996, p. 26)

MARIA ROSA, cumprimentando - Uma criada de Sua excelência. (PENA, 1996, p.26)

Em (6) a expressão "Adeus" é sinal de saudação equivalente a "olá", "como vai?", "Oi"; em toda a peça esse cumprimento é usado quando os personagens chegam de algum lugar ou vão embora. Não é uma saudação usada no Brasil atual, mas tipicamente característica do período histórico representado.

No exemplo (7) fica bem marcada através da expressão "Abença" a relação de respeito entre filha e pai, definindo uma questão cultural da zona rural brasileira que perdura nos dias atuais, ou seja, o hábito de ser abençoado pelos pais e pessoas mais velhas.

Já em (8) a ligação entre todos os envolvidos no diálogo é de extremo respeito. O escrivão, mesmo possuindo um cargo hierarquicamente superior ao de Manuel João, pede licença ao entrar na casa do lavrador. O hábito de dizer "Deus esteja nesta casa" é bem típico

dos moradores da roça. Observa-se nesse ato uma religiosidade bem fluente. Outro aspecto a ser ressaltado é o tratamento respeitoso entre Juiz de Paz e habitantes da roça (9) e (10); o juiz sabe usar desse tratamento como estratégia de persuasão em benefício próprio.

A relação de Cortesia usada no texto de Martins Pena é bem considerável para a interação social dos personagens, uma vez que todos possuem a intenção de respeitar-se mutuamente. O Juiz de Paz é bem esperto e consegue aproveitar-se das situações para ludibriar, por meio do tratamento cortês, seus subalternos; caracterizando, assim, o sentido anedótico da comédia de costumes.

Segundo o modelo de Brown e Levinson (*apud* VIDAL, 2002) existem duas propriedades básicas para explicar o comportamento comunicativo: a Racionalidade e a Imagem pública. A primeira se caracteriza pela racionalização própria de cada indivíduo, definida com precisão a fim de conduzir a um objetivo; a segunda (o cerne da teoria de Brown e Levinson) é a imagem pública (prestígio) que o indivíduo quer conservar, divide-se em positiva e negativa. Negativa quando há o desejo de ter liberdade de ação, o indivíduo não sofre imposições por parte dos demais, de dominar o próprio território; positiva quando existe o desejo de ser apreciado pelos demais e que os outros compartilhem com os mesmos desejos.

No caso do texto de Martins Pena, os personagens ao se comunicarem, procuram definir seus objetivos e preservar sua imagem pública; o escrivão ao ordenar a Manuel João que leve o preso à cidade cumpre o seu dever — realizar os mandos do Juiz de Paz, seu superior (8), mas também usa de seu prestígio e poder para incumbir o lavrador da tarefa. Manuel João realiza a incumbência levando o preso à cidade, conforme as ordens do escrivão (10), contudo é firme em seu diálogo com José: "Rapaz, acompanhe-me" apresentando sua superioridade.

O Juiz de Paz é o que mais quer marcar os domínios de seu território, e o faz de maneira discreta sem deixar vistas de pretensioso e arrogante: "...só vejo um modo de conciliar esta contenda, que é darem os senhores o leitão de presente a alguma pessoa. Não digo com isso que mo deem." (9). Pode-se afirmar, então, que sua imagem pública é negativa, pois tem liberdade de ação para dominar seu território sem sofrer imposição dos demais.

A relações cortesias em "O Juiz de Paz na roça" são bem marcadas no referente a imagem pública, uma vez que os personagens tentam desenvolver as características sociais que cabe ao seu prestígio social. Ampliando a teoria da Relevância de Sperber e Wilson, a Cortesia contribui com o estudo dos enunciados linguísticos e sua perspectiva social, e conseqüentemente com a visão pragmática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ler um texto literário é sem dúvida recriar a realidade através das ações pensadas por um autor intermediado por seus personagens. A ligação entre autor e leitor é feita via texto e não de uma maneira direta e física, é por essa razão que ao decodificar a mensagem e tentar inferir o contexto e a intenção comunicativa, o leitor realiza todo um processo ativo de interpretação.

Levando em consideração que o texto literário é tipo de enunciado comunicativo, analisá-lo pragmaticamente contribui para inferir a intencionalidade e o contexto de sua criação. A teoria da Relevância e o estudo da Cortesia são princípios da Pragmática que auxiliam na interpretação dos enunciados linguísticos e favorecem uma maior percepção dos implícitos criados pelo autor.

Em “O Juiz de Paz na roça” de Martins Pena há a possibilidade de se obter, através do estudo da Relevância e da Cortesia, o contexto e a intencionalidade do texto, uma vez que fazendo inferências se obtém comparações com situações reais e estudando as relações de Cortesia percebe-se o objetivo das boas relações sociais que é evitar conflitos futuros.

No Brasil do século XIX, em uma região rural, o Juiz de Paz dá as ordens e é respeitado por todos os membros da comunidade. O relacionamento entre todos é de muito respeito, mesmo em situações de brigas e desentendimentos há sempre uma solução criada pelo juiz, muitas vezes com o objetivo de beneficiá-lo. Martins Pena consegue retratar situações da vida real que realmente acontecem, isto é, o mais forte que engana o mais fraco.

Encontram-se também no texto de Pena, construções linguísticas tipicamente metafóricas que contribuem para o processo inferencial, o que não acontecia em outras teorias pragmáticas como a de Grice, por exemplo.

Espera-se que os estudos pragmáticos tenham cada vez mais espaço dentro da linguagem literária, pois colaboram com a construção dos sentidos, revelando características não vistas em outras análises.

REFERÊNCIAS

FERNÁNDEZ, F.M. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998.

PENA, M. **As melhores Comédias de Martins Pena**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

PINTO, J. P. Pragmática. In: MUSSALIM, F.; BENTES, C. (Org.). **Introdução à Lingüística: Domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2000. 2 v. cap. 2, p. 47-67.

PENA, M. **As melhores Comédias de Martins Pena**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

RAJAGOPALAN, K. "O Austin do qual a Lingüística não tomou conhecimento e Lingüística com a qual Austin sonhou". **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n.30, Campinas , SP, IEL/Unicamp, 1996, p. 105-116.

VIDAL, M.V.E. **Introducción a la Pragmática**. Barcelona: Ariel, 2002.